

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos
Secretaria Executiva da CONASQ

MEMÓRIA DA XVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ
Sala de conferências da Representação da OPS/OMS, Setor de Embaixadas Norte, Lote 19.
Brasília-DF, 22 de junho de 2005. Horário: 10h às 18h

ÓRGÃO	PARTICIPANTE(S)
ABIQUIM	Marcelo Kós Silveira Campos
ANVISA	Ana Maria Vekic
FBOMS	Jeffer Castelo Branco
FUNASA	Gilson Spanemberg
FUNDACENTRO	Fernando Vieira Sobrinho Swylmar dos Santos Ferreira
IBAMA	Adriana A. Maximiliano
MAPA	Júlio Sérgio de Britto
MCT	Márcia dos Santos Gonçalves
MDIC	Júlio César Baena
MI	José Wilson Pereira
MMA	Victor Zular Zveibil Marília Marreco Cerqueira
FISQ/FSC	Henrique Brandão Cavalcanti
MRE	Raphael Azeredo
MS	Guilherme Franco Netto
OPAS/OMS	Jacira Azevedo Câncio Diego Gonzalez
SEC. EXEC. DA CONASQ	Marisa Zerbetto André Santos Junqueira
UnB	Taís Pitta Cotta

Observadores e/ou convidados:

ÓRGÃO	PARTICIPANTE(S)
MS / CGVAM	Marco Antonio Borba
MMA / ASIN	Larissa Schimdt
FUNDACENTRO	Arline Sydneia Abel Arcuri
MTE / DSST	Grasiele A.T.S.Ribeiro
MTE/DRT-SP	Cecília Zavariz
MMA / SQA	Sérgia de S. Oliveira
MMA/SQA	Railson O. Motta
IBAMA	Francine Gonzaga Serafim

Itens da Pauta:

Abertura.

A reunião foi iniciada pela Sra. Marília Marreco Cerqueira representante do Ministério do Meio Ambiente, que sugeriu a realização de uma rodada geral de apresentação dos participantes.

Aprovação da Pauta.

A representante do MMA sugeriu a inversão na pauta, com o item relativo a Outros assuntos, no qual seria tratado da questão internacional de químicos, sendo antecipado, e posteriormente entrar-se no tema Mercúrio. Assim, a pauta proposta foi aprovada.

Aprovação da Memória da XVII Reunião Ordinária.

A representante do MMA realizou a leitura da memória, e os representantes aprovaram na íntegra.

Relato das ações em andamento e programadas para 2005 relativas à segurança química, especialmente em nível dos Ministérios, com vistas à maior articulação e integração interinstitucional e intersetorial.

O representante do MI informou que continuam sendo realizados os cursos de PEQUIM (Prevenção e Preparação para Emergências com Produtos Químicos), sendo que as próximas serão no Recife e em Curitiba de 11 a 15 de julho. Para agosto está previsto em Goiânia e no Rio Grande do Sul será em setembro.

A representante do MMA sugeriu que o MMA, MS e MI (núcleo do P2R2) tenham um conhecimento antecipado destes cursos. Assim, poderiam articular a participação dos pontos focais do programa tendo como objetivo capacitá-los e, conseqüentemente, integrando às ações da CONASQ.

O representante da FUNDACENTRO confirmou a realização de oito eventos programados, e já apresentados na última reunião. O curso realizado em São Paulo foi um sucesso, o que ocasionou vários pedidos para outro curso no segundo semestre. Com relação a Brasília, a FUNDACENTRO e a CGVAM estão organizando dois cursos e com a Defesa Civil um terceiro. A representante do MMA sugeriu programar, para esses últimos, a participação dos órgãos estaduais do Centro Oeste.

A seguir, a representante da UnB comunicou que sua instituição continua

atuando na parte de capacitação e no segundo semestre de 2005 terá início o curso de pós graduação *Lacto Sensus* em Gestão de Risco. Com relação ao estímulo do trabalho interno nas instituições de ensino e pesquisa já existem algumas monografias abordando assuntos relacionados com a CONASQ e algumas teses de pós graduação.

O MCT, segundo sua representante, vem realizando, no âmbito da Coordenação de Bens Sensíveis, visitas nas indústrias químicas, explicando a respeito da Convenção sobre armas químicas. No primeiro semestre foram realizadas visitas em aproximadamente 80 empresas. Para o segundo semestre há uma expectativa de visitar 120 empresas.

O representante do MAPA comentou ter havido, também, contingenciamento no seu ministério, especialmente na área de agrotóxico. Prosseguiu informando que a área de agrotóxico está, atualmente, com a coordenação do CTA, e vem trabalhando junto com o MS (ANVISA) e o MMA (IBAMA) na elaboração de normas complementares. Ressaltou a excessiva cobrança sofrida pelo CTA por parte, principalmente, do setor regulado (privado), no sentido de implementar as normas de registro de equivalência. Ele considera já estarem implantadas e executadas, sendo haver uma pendência com relação a definição de produtos de referência. Isso, a seu ver, não impede o início da avaliação e sim devido a força de uma legislação que apresenta a questão da propriedade para fins de registro (Lei 10.603). Os dados foram apresentados após uma notificação do órgão registrante em junho de 2004. Assim, o prazo de proteção estabelecido pela lei está terminando, resultando no começo efetivo da avaliação dos produtos e de diversas normas à serem encaminhadas para publicação. Apesar de todas as cobranças, ele acredita no atingimento das metas para este ano. Finalmente, expôs o apoio pelo MAPA, desde de 2001, na realização de Seminários Nacionais de Agrotóxico. Os dois primeiros foram realizados em Belo Horizonte (2002 e 2003) e o terceiro em Salvador (2004), com boas repercussões na área de agrotóxico. Para este ano será realizado um seminário em Cuiabá (23,24 e 25 de agosto).

A seguir, o representante do MRE expôs a ação prioritária de coordenar posições do governo para as três principais reuniões agendadas este ano na área de segurança química. Para o início de julho o 4º Grupo de Trabalho aberto da Convenção da Basiléia, no final de setembro o 3º e último comitê preparatório para o SAICM e em outubro a 2º Conferência das partes da Convenção de Roterdã.

A representante da ANVISA informou estarem preparando um documento com todas as ações de controle e prevenção na área de agrotóxico. Esse documento possui um planejamento para os próximos 5 anos das ações que serão implementadas. Ele encontra-se em fase de finalização, faltando alguns detalhes de conclusão para encaminhamento. Ao fim, entregou um documento preliminar para a Secretaria Executiva da CONASQ.

O trabalho da OPAS, segundo seu representante, é acompanhar todas as instituições nas etapas de desenvolvimento de segurança química. Dentre esses acompanhamentos enumerou quatro ações: a) Desastres químicos: a OPAS organizou conjuntamente com a CETESB e todas as instituições de Defesa Civil, Bombeiros e Meio Ambiente, na Bahia, curso de prevenção e preparação de respostas à emergência química. Não ficou restrito ao tema de planejamento, mas também ao tema de resposta, havendo uma simulação de acidente químico. Ressaltou a possibilidade de trabalharem

com os cinco estados convenientes de projetos do P2R2; b) curso de auto aprendizagem: possibilidade de organizar um pacote básico de informação, contendo todos os cursos de auto aprendizado e outros materiais de segurança química. c) Curso de auto aprendizagem em comunicação de risco, o qual ensina como trabalhar com a comunidade para construir a comunicação de risco. E, também, como desenvolver, no âmbito da instituição, o relacionamento com a imprensa. Esse curso encontra-se disponível na internet, no sítio da OPAS; e d) acompanhamento do trabalho da ANVISA e a rede de Centros Toxicológicos do Brasil, com o lançamento da biblioteca virtual de toxicologia disponível na internet.

O representante da ABIQUIM relatou como uma das atividades prioritárias está a questão da revisão do Programa Atuação Responsável, da qual resultou uma série de trabalhos. Essas sofreram modificações expressivas que levaram as empresas a mudar de patamar e até de desempenho. Mencionou a alteração de praticamente tudo. Esse será o grande foco da Atuação Responsável, e a revisão é um processo em andamento que já dura dois anos com previsão de término para este ano. O trabalho, segundo ele, tem envolvido praticamente todas as empresas associadas, com o sentido de modificar e ampliar o que elas fazem em termos de saúde, segurança e meio ambiente. Outra ação em andamento este ano é o Programa de Qualificação de Transportadoras (SASSMAQ). Atualmente, as empresas que transportam produtos químicos a granel para as indústrias associadas da ABIQUIM, têm que estar participando desse programa. A partir de 2006 será também obrigatório para o transporte de produtos embalados. O SASSMAQ será estendido para os portos e ferrovias. Em conjunto com o SEST/SENAT e toda a cadeia do transporte está sendo implantado o Programa “OLHO VIVO NA ESTRADA”, visando ao treinamento dos motoristas de todo o Brasil. Com relação à treinamentos e cursos está disponibilizado na página da ABIQUIM a programação deste ano. Nos dias 27 e 28 de julho estará sendo realizado o 9º Congresso de Atuação Responsável. Mencionou a previsão de finalizarem a revisão do Manual Pró-química no segundo semestre.

Dando prosseguimento às apresentações, o representante do MDIC fez uma exposição sobre as atividades de implementação do GHS neste ano. As atividades realizadas consistiram de uma reunião do GT-GHS na sede do CRQ IV-SP, de reuniões de sub-grupo na sede da ABIQUIM, onde foram tratados temas de capacitação, divulgação e projeto de implementação. Foi criado o Sub-grupo sobre Informações Confidenciais de negócio. Houve a participação do GT no evento paralelo da COP-1 da Convenção de Estocolmo e elaborou-se a primeira versão do Plano de Implementação do GHS. O representante informou, também, sobre a atualização da página do GHS no sítio do MDIC. Com relação as atividades programadas para 2005 foram comunicadas a realização de duas reuniões do GT-GHS (22 e 23/08 no INMETRO-RJ) e (17 e 18/11 no MDIC-DF), a participação no Congresso Brasileiro de Toxicologia (9 a 12/10 no Recife) e a participação nas sessões do Sub-Comitê do GHS (julho em Genebra). Está prevista a realização de eventos para divulgação do GHS em cidades e pólos petroquímicos do país, organização do Arcabouço Legal Existente e desenvolvimento de mecanismo de cooperação técnica. O Projeto piloto de classificação, rotulagem e ficha de produtos químicos em cadeias produtivas, desenvolver projetos pilotos para a realização de testes de classificação de laboratórios, elaborar folder sobre o GHS para distribuição em eventos relacionados e editar o Glossário sobre o GHS. Foram informados, para as ações futuras, da finalização do Projeto Nacional de Implementação do GHS, da capacitação e mobilização de diversos atores: sindicatos, indústria, governo,

universidades e consumidores, dos diagnósticos setoriais sobre a implementação do GHS (saúde, comércio, trabalho, transporte, agrotóxicos, etc.), da realização de oficinas para conscientização pública em diversas cidades do país sobre GHS, da tradução do Livro Púrpura para o português, do Seminário Regional ou Sub-regional sobre o GHS e Resíduos, desenvolver cooperações técnicas entre o Brasil e outros países (nível regional e internacional), buscar o apoio das entidades financiadoras do Projeto Brasileiro de implementação do GHS no país (via Banco Mundial, GEF, GTZ, CIDA, e outros), desenvolver cooperação técnica com os países de língua portuguesa (Portugal, Guiné Bissau, Timor Leste, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe), buscar o fortalecimento das atividades e do trabalho já desenvolvido pelo GT-GHS Brasil via parceiros internacionais, e o desenvolvimento de parcerias na implementação do GHS

O representante da FBOMS iniciou sua apresentação explicando o organograma de atuação da ACPO (Associação de Combate aos POP's). A seguir expôs as ações com relação a POPs e seus precursores, mercúrio, amianto, benzeno, flúor, glutaraldeído, radioativos e pneus. Estarão discutindo formas de desenvolver medidas concretas para resolver a transferência de resíduos entre os estados, dragagens, desenvolver o PRTR e banimento de processos obsoletos (aterros e incineradores). Prevêem trabalharem dentro do conceito Produção Limpa e programas de Lixo Zero. O representante apresentou como demandas da Sociedade Civil integrar a Delegação Brasileira do SAICM em Viena, obter informações dos resultados da reunião sobre mercúrio realizada nos EUA, posições da Sra. Ministra com relação a proposta de Resolução Ministerial proibindo a transferência de resíduos contendo POPs entre estados e a problemas químicos relacionados à siderurgia (Plano de Ação da CONASQ) para proteção do Pantanal Mato-grossense, frente a poluição e a contaminação química. Por fim, solicitou melhorias nas comunicações dos grupos de email, internet e na circulação da informação.

O representante do MS apresentou as ações que o seu ministério vem executando junto a COPESA (Comissão Permanente de Saúde Ambiental), o GT Segurança Química, no qual objetiva-se a potencialização da participação do setor saúde na agenda nacional de Segurança Química. Existem trabalhos dentro da VIGIQUIM (Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada às Substâncias Químicas), VIGIAPP (Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada aos Acidentes com Produto Perigosos) e VIGISOLO (Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada a Populações Expostas a Áreas com Solos Contaminados). Informou sobre o P2R2, que conjuntamente com o MMA foram conveniados, através do FNMA, cinco estados (SP, BA, MT, AC, CE) para realizarem a identificação, caracterização e mapeamento de Áreas de Risco Ambiental. A estrutura do VIGIAPP envolve discussões com seis estados (BA, MG, RJ, SP, RS e DF), sendo que o modelo de atuação encontra-se em fase de discussão e o Sistema de Informação está em teste. O VIGISOLO é constituído pelo mapeamento de áreas com populações expostas a solo contaminado por compostos químicos, pela capacitação continuada dos técnicos da VSA, na identificação de áreas potenciais e efetivas de contaminação de solo e metodologia de avaliação de risco à saúde. Serão realizados cursos on-line (OPAS, MS, UFRJ) e assessoramento aos estados na elaboração de protocolos de acompanhamento da saúde das populações expostas. Com relação aos avanços na área, citou a identificação, o mapeamento e georeferenciamento de 689 áreas

potenciais e efetivas de contaminação de solo as quais caracterizam riscos a saúde humana em todo o país. Outro avanço refere-se a construção de metodologia para Avaliação de Risco à Saúde Pública. No âmbito do Mercosul, o MS vem participando da CISART (Comissão Intergovernamental de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) e da CIGRRU (Comissão intergovernamental de gestão de risco e redução de vulnerabilidade). Atuação na agenda dos contaminantes químicos (SAICM, POP's e PIC). Reafirmou a realização de cursos sobre Segurança Química em parceria com a FUNDACENTRO em SP, MG, DF e RS e curso de Prevenção, Preparação e Resposta a Desastres com Produtos Perigosos conjuntamente com a CETESB/OPAS - SES; OEMAs; Defesa Civil; Corpo de Bombeiros; Polícia Rodoviária e outros.

A assessora técnica do MMA apresentou as ações em andamento no ministério começando pelo Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Respostas Rápidas à Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2, Inventários Estaduais de Resíduos Sólidos Industriais, Política Nacional de Resíduos, proposta de Resolução CONAMA sobre critérios e valores orientadores referentes à presença de substâncias químicas no solo, existe também, um estudo de viabilidade para a instituição de um mecanismo financeiro de apoio à gestão de áreas contaminadas, incluindo a adoção de recursos da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), um Programa Nacional para Gerenciamento Integrado de Áreas Contaminadas com recursos do GEF/Banco Mundial. Informou que será organizado um seminário com os países do CONESUL objetivando ao treinamento na Convenção de Roterdã, participação na elaboração de legislação complementar ao Decreto 4074/02. Quanto as ações do IBAMA citou a avaliação, registro, fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e preservantes de madeira e o cancelamento do registro de Heptacloro em 30/11/2004. O ministério continua participando do CTA e elaborando documentos de referência para a elaboração do projeto do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo. Com relação a esse último item, a Dra. Sérgia, consultora do MMA, informou sobre a realização de cinco seminários, nos quais irão ser discutidos as demandas para a implantação da Convenção de Estocolmo no Brasil.

Palestra da Dra. Cecília Zavariz, da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, do Ministério do Trabalho e Emprego;

A Dra. Cecília explicou sobre o Programa Nacional de Mercúrio, o qual está sobre sua coordenação. Iniciou citando as atividades de maior risco de contaminação por mercúrio, como a indústria de cloro-soda, lâmpadas fluorescentes, pilhas alcalinas, dentre outras. O objetivo do programa é eliminar a utilização de mercúrio em todos os produtos e atividades, industriais ou outras, em que já exista substância ou tecnologia substitutiva, que não cause danos a saúde da população, nem contamine o meio ambiente, como ocorre com o mercúrio. Mostrou o processo de produção de cloro-soda com uso de mercúrio e o processo eletrolítico (célula de Diafragma). Relatou a sua experiência como auditora do Ministério do trabalho na fiscalização de empresas de fabricação de termômetros . Em suas considerações finais mencionou: a) a imediata

adoção de medidas preventivas visando a eliminação das fontes antropogênicas de mercúrio; b) não existe uso de mercúrio sem riscos; c) as exigências devem ser adotadas mundialmente; d) as nações devem prestar contas das situações existentes relativas ao uso, manipulação e emissão de mercúrio, bem como, das medidas de banimento adotadas; e) publicidade das ações e programas desenvolvidas; f) devido a bioacumulação e pelos graves efeitos deletérios não é possível permanecer sem a adoção de providências de combate ao mercúrio devendo as medidas serem imediatamente adotadas; e g) é tecnicamente possível a eliminação do uso do mercúrio, como forma de prevenção dos riscos aos seres vivos e ao meio ambiente.

Outros assuntos.

O representante do MS fez um breve comentário dos resultados alcançados no Encontro de Ministros ocorrido em Mar del Plata. Foi redigido uma declaração dos Ministros, na qual se evidencia a importância da interface saúde e meio ambiente, sendo destacados três eixos: a) qualidade da água, acesso e saúde; b) segurança química e saúde; e c) desenvolvimento de atividades e ações na questão de proteção e defesa à saúde da criança, relacionadas à ameaças ambientais. Houve, por parte dos colegiados de educação e trabalho, uma solicitação de aproximação das agendas de saúde, meio ambiente, trabalho e educação para construção de políticas integradas. Por último, propôs a formulação de uma estratégia, na qual o mecanismo estabelecido na CONASQ se traduza nos âmbitos estaduais e municipais. Mencionou a possibilidade dos membros da CONASQ trazerem sugestões nas próximas reuniões, como exemplo citou a realização de seminários regionais em 2006.